



Introdução

O texto que aqui se apresenta pretende ser uma reflexão sobre as representações geográficas vinculadas no na I Exposição Colonial Portuguesa, em 1934, e de que forma elas reflectiram e moldaram o imaginário nacional sobre os espaços do império português, ao mesmo tempo, que se problematiza a apropriação dos saberes geográficos como veículo ideológico e de propaganda.

Nesta sequência, num primeiro momento, iremos apresentar as concepções teórico-metodológicas que orientam o nosso projecto de investigação e onde serão debatidas as noções de representação, textualidade e hermenêutica e suas implicações para a História da Ciência e da Geografia. Num segundo, iremos fazer referência ao contexto histórico que pretendemos analisar, discutindo o aparecimento de uma propaganda colonial de massas. Por fim, debruçar-nos-emos sobre o nosso estudo de caso: as representações geográficas especificando as representações sobre as ex-colónias da Guiné e Cabo Verde, e que servirá como demonstração, temporalmente

diacrónica e metodologicamente indutiva, de um processo mais vasto de produção e divulgação dos espaços coloniais, em Portugal, nos alvares da política Imperial do Estado Novo.



1- Uma Abordagem à História Social e Cultural da Geografia

A noção de representação no seio das Ciências Sociais, desde da década de 1980, imprimiu novas abordagens os temas e fontes de investigação, na medida em que se relativizaram as tradicionais noções de correspondência, questionando-se a possibilidade destas serem um simples reflexo objectivo da realidade onde se inserem. Esta ruptura epistemológica, que teve consequências significativas na Historiografia, não ficou ausente do Pensamento Geográfico, dando origem a novas formas de interpretar as produções geográficas³.

Na Geografia a “crise de representação”, como comumente é referida, levou à crítica da forma como os geógrafos transmitem o Mundo nas suas descrições e interpretações dos espaços e da actividade humana, questionando-se desta forma o carácter mimético dos textos geográficos⁴. A

crítica a esse mimetismo de tradição positivista não é de todo consensual no seio da Ciência Geográfica, dado que habitualmente a Geografia é encarada como uma ciência de descrição de fenómenos espaciais com base na observação e, nesta medida, os geógrafos sempre pensaram que o facto de orientarem os dados da sua pesquisa pela observação directa minimiza os riscos de uma descrição não objectiva dos fenómenos em estudo⁵.

Nesta sequência, surgiram novas conceitualizações que tentando superar estas visões, deram origem a duas práticas científicas: a pós-moderna, que representa uma crítica radical e relativista à teoria da representação mimética e a uma prática interpretativa baseada na hermenêutica.

Esta última abordagem, a hermenêutica, tem largamente contribuído, para uma renovação dos

³ Cfr. Eduardo Brito Henriques – “A problemática da Representação no pensamento Geográfico Contemporâneo”, In: *Inforgo: Culturas, Identidade e Território*, Associação Portuguesa de Geógrafos, 11, Lisboa, Dezembro 96, pp. 43-53.

⁴ Cfr. Trevor J. Barnes and James S. Duncan – “Introduction: Writing Words”, In: *Writing*

Words: Discourse, text and Metaphor in the Representation of Landscape, London, 1992.

⁵ Cfr. James Duncan, David Ley – “Introduction: Representing the Place of Culture”, In: Duncan, James; Ley, David (Edit.) – *Place/ Culture/ Representation*, Routledge, London and New York, 1993.



temas de estudo na Geografia, levando a que geógrafos fundamentais no pensamento geográfico actual afirmem que a Geografia Humana é ou deverá ser uma disciplina interpretativa por excelência, preconizando, um novo projecto científico que problematize as condições textuais de representação da realidade a partir do sujeito de investigação⁶.

Nesta sequência, impulsionados por trabalhos próximos das abordagens críticas da pós-colonialidade, têm sido realizados estudos que põem em destaque a forma como se representam os espaços do “outro”, dando relevo às deturpações e distorções nas quais incorrem os discursos embebidos em preconceitos culturais derivados do racionalismo ocidental e mais genericamente do etnocentrismo⁷.

Tem assim existido uma forte crítica à forma de representação dos espaços tanto na actualidade como ao longo dos tempos e aos imaginários construídos sobre essas representações, às representações europeias de

superioridade e inferioridade relativas a espaços e comunidades dos antigos territórios coloniais, bem como, de outros espaços ou sociedades culturalmente diferentes.

A extensão da noção de texto e textualidade, como paradigma de interpretação em Geografia, e nomeadamente na Geografia Cultural, leva a que a análise dos documentos de índole geográfica utilizada para a ideia de que estes são práticas de significação intertextuais, associados a outros textos culturalmente construídos, e por tanto, são elementos comunicativos de produção de sentido. Este sentido, nunca fixo, é antes cultural, social e historicamente variável.

Esses textos, que podem ser discursos, monografias, mapas ou imagens, são tentativas de fixar determinadas concepções da vida social e particularmente de normalizar o conhecimento sobre um espaço ou território. Eles estão também sujeitos a ser reinterpretados fora da intencionalidade dos seus autores, e acresce-lhes um maior valor social quando são exactamente interpretados e lidos pelos seus leitores.

⁶ Cfr. Ricoeur, Paul - *Do texto à acção: Ensaio de Hermenêutica II*, Rés, Porto, 1989.

⁷ Cfr. Edward W. Said, *Orientalismo*, de 1997. Edição portuguesa: Livros Cotovia, Lisboa, 2004.





A tradicional teoria da correspondência embebida no espírito cartesiano que marca a prática geográfica na modernidade, vê as produções geográficas como simples reflexos da natureza que os autores tentam imitar e simplificar. A própria evolução e desenvolvimento da História da Geografia tem-se construído com base nos desenvolvimentos teórico - metodológicos que a Ciência foi alcançando e como estes são determinantes nas mudanças e na forma como os geógrafos vão actualizando e corrigindo as suas representações dos espaços.

Esta perspectiva de análise parece-nos ser também relevante para a interpretação da própria História da Geografia e das produções textuais de carácter geográfico, já que se tenta dar mais enfoque ao papel social da Ciência Geográfica e, não tanto, ao reconhecimento dos modelos de análise que a Geografia foi tendo ao longo dos tempos, estes só nos interessando na medida em que se relacionam com as representações divulgadas, permitindo-nos aferir as ressonâncias que tiveram no imaginário e cultura popular da época.

Desta forma, parece-nos ser esta perspectiva, que mais contribui para a originalidade à nossa proposta de

dissertação, já que tem como objectivo compreender como eram disseminados, representados e/ou apresentados aspectos geográficos, neste caso relativos aos espaços constituídos pelas ex-colónias portuguesas, nos eventos coloniais de carácter propagandístico.

O fenómeno da propaganda e sua ligação, à divulgação colonial, resulta na criação de representações dinâmicas passíveis de transmitir conteúdos e códigos linguísticos, possibilitando uma multiplicidade de percepções e imaginários, que influenciam os processos de identidade e alteridade. Neste sentido, os saberes difundidos pela propaganda contribuem para a construção do social e do cultural através dos símbolos, valores e concepções por ela transmitidos, mas também pelas manifestações no ambiente físico.

Assim, é nosso propósito incidir na capacidade retórica da propaganda, adaptando o modelo das ciências hermenêuticas, o que permite a interpretação das produções propagandísticas na sua singularidade textual e na sua contextualidade histórica, devolvendo-lhes uma temporalidade e espacialidade que as fazem emergir nos contextos culturais





onde se inserem e que ela própria ajudar
a criar.



2- Propaganda e divulgação dos espaços coloniais.

A historiografia, relativamente à propaganda colonial, tem dedicado grande parte do seu trabalho ao reconhecimento das formas e meios de propaganda. Do ponto de vista teórico–metodológico, a interpretação da propaganda tem tradicionalmente dado enfoque a uma leitura epistemológica de teor positivista ou neopositivista, abordando-a, quase sempre, ao nível da organização institucional e pouco os conteúdos e representações por ela divulgadas.

As mudanças impostas, fundamentalmente desde a segunda metade do século XIX, pela massificação dos meios de comunicação e com eles a divulgação de concepções e instrumentos até então restritos às elites cultas e a conseqüente formação de uma opinião pública, introduzem a necessidade de compreender a propaganda na sua dimensão social e não só organizacional.

O período histórico em que se insere o tema aqui proposto é particularmente profícuo em termos de representações coloniais disseminadas através da propaganda, devendo-se este facto a razões conjunturais tanto de ordem interna como externa. Terminado

o período de ocupação efectiva dos mais importantes territórios coloniais africanos, nos fins do século XIX e inícios do século XX, e após o interregno da I Guerra Mundial, assiste-se em Portugal ao início da política que na época se designava por colonização efectiva.

Esta perspectiva ideológica foi defendida transversalmente pelos vários regimes, embora com variantes em determinados aspectos, na Republica e no Estado Novo, surgindo, nesta lógica, conceitos e concepções como as de “Nação Una” e de “Unidade do Império” que tinham como denominador comum a tentativa de criar uma relação íntima e interdependente entre a várias partes do império e em particular entre a Portugal continental e as colónias, tanto a nível económico, mas principalmente ao nível das mentalidades⁸.

Estas ideias não apareceram simplesmente do pensamento nacional.

⁸ Comparar textos e discursos Norton de Matos e Armindo Monteiro, nas obras: Matos, Norton de – *Memórias e trabalhos da minha vida*, 3 vols, Editora Marítimo Colonial, LDA., Lisboa, 1944; Monteiro, Armindo – *Para uma Política Imperial: Alguns Discursos do Ministro das Colónias*, Lisboa, Agência Geral das colónias, s.d.



Eram também, em grande parte, resultado da nova conjuntura internacional após a criação da Sociedade das Nações, do início das negociações de carácter multilateral e da monitorização que os países coloniais faziam entre si para o cumprimento do novo direito internacional, que pouco beneficiava um pequeno país como Portugal, com escassos recursos para desenvolver territórios tão vastos.

Tornou-se assim fundamental para Portugal mostrar e valorizar tanto no âmbito nacional no internacional as suas orientações ideológicas, acções de colonização e os próprios espaços coloniais, face a um imaginário nacional ambivalente sobre as colónias. Surgia então, como um dos vectores fundamentais da política colonial, a propaganda. À imagem do que acontecia com práticas testadas por outras potências coloniais, pretendia-se que esta propaganda tivesse um carácter “moderno”.

As exposições coloniais foram sem dúvida, de entre as várias iniciativas de propaganda, as que mais impacto social tiveram e onde Estado e sociedade civil mais investiram, mobilizando enormes recursos humanos, materiais e financeiros. Pela dimensão e meios usados, as exposições

foram momentos privilegiados para a integração dos indivíduos na ideia de “Império” e divulgação de representações sobre o mesmo.

Não negligenciando a especificidade temporal e espacial de cada uma das exposições realizadas durante o período, a verdade, é que elas aparecem num contexto mais alargado de acção que de forma abrangente tem os seus antecedentes, em acções idênticas do final do século XIX e nas experiências e conhecimentos apreendidos e acumulados por instituições como a Agência Geral das Colónias, e a forte participação que estas tiveram em exposições internacionais.

Em Portugal, a partir da I Guerra Mundial, organiza-se, com base na ideia da “ocupação efectiva das colónias”, a Agência Geral das Colónias (A.G.C.), que marca o aparecimento de um organismo oficial de propaganda colonial. Armando Cortesão, seu primeiro director, em 1925, definia como prioridade da colonização portuguesa, de forma a promover o domínio político e económico dos espaços ultramarinos, a investigação





científica sistemática e uma longa e intensa propaganda⁹.

A A.G.C. pautará a sua acção pela participação e patrocínio em vários eventos propagandísticos e apologéticos do império português. São exemplos pela sua dimensão, abrangência e projecção as exposições coloniais de Sevilha, em 1929, de Antuérpia, em 1930 e Paris, em 1931.

Em Portugal, no contexto da nova visão imperial do Estado Novo, impressa no Acto Colonial, de 1933, realizar-se-á a I Exposição Colonial Portuguesa, no Porto, em 1934, também com o patrocínio da A.G.C. O evento serviria, segundo o seu director Henrique Galvão, como oportunidade de mostrar ao povo português os trabalhos realizados nas exposições antecedentes e seria uma lição patriótica de um novo ideal imperialista. A Exposição Colonial realizada no Palácio de Cristal daquela cidade esteve aberta ao público durante 3 meses e recebeu mais de 1 milhão de visitantes¹⁰.

⁹ Armando Cortesão – *O Problema Colonial Português: conferência realizada na “Sala Portugal” da Sociedade de Geografia de Lisboa em 21 de Janeiro de 1925, Primeira da Série promovida pelo “Notícias Coloniais”, Página quinzenal do “Diário de Notícias”,* Tipografia da Empresa Diário de Notícias, Lisboa, 1925.

¹⁰ Galvão, Henrique - *No rumo do Império,* Edições da I Exposição Colonial Portuguesa,

Litografia Nacional do Porto, Porto, 1934. Galvão, Henrique - *Primeira Exposição Colonial Portuguesa: relatório e contas,* Ministério das Colónias: colecção de relatórios, estudos e documentos coloniais, Bertrand, Lisboa, 1935.



3 - Imaginário e Império na I Exposição Colonial

Portuguesa.

A concepção do evento teve como objectivo a recriação das ideias de multiculturalidade e pluricontinentalidade que caracterizavam, segundo o Acto Colonial, a singularidade do império português. Assim, tentou-se dar a conhecer aos visitantes uma perspectiva temporal e espacial dos territórios ultramarinos e da acção colonial portuguesa. Esta perspectiva geo-histórica é fundamental para se conhecer a própria originalidade ideológica do imperialismo estadonovista.

Se até ao início da magistratura de Salazar poderemos considerar que a acção portuguesa no ultramar era fundamentalmente baseada num colonialismo pragmático. Com o Estado Novo tentar-se-á atribuir uma dimensão imperialista, onde se acrescenta aos aspectos político-administrativos e económicos uma dimensão cultural, social e pedagógica, que envolvia não só os povos colonizados mas, sobretudo, a

população metropolitana, na qual se pretendia criar uma revolução de mentalidades a partir de um pensamento colonial integrado.

Era a famosa Política do Espírito aplicada através da noção organicista do império na sua componente espacio-temporal, com algumas influências que remontam à Filosofia Política de Spencer e à Geografia Política de Ratzel. No *Ultramar*, Jornal Oficial da I Exposição Portuguesa, aceita-se com naturalidade o determinismo geográfico que impôs as suas condições ao movimento histórico da expansão, refere-se:

«Não fomos colonizadores por mero incidente histórico. Fomos projectados para fora da faixa continental, que talhamos do Minho ao Algarve, quando verificamos que o determinismo geoclimático do nosso meio geográfico nos forçava a ir buscar fora dela o complemento do nosso *deficit* de subsistência e nos vimos impossibilitados de tentar uma expansão territorial na península [...], compreendemos que a nossa política internacional era a do caminho do Mar, buscando fora da Ibéria um ponto político de apoio. Assim,



fizemos a nossa politica naval e atamos a aliança inglesa.»¹¹

A Exposição Colonial será, portanto, no contexto político-ideológico do Estado Novo o primeiro evento colonial de massas com uma clara intenção de integração sociológica dos portugueses com os espaços coloniais. A própria organização da exposição procurava demonstra os fundamentos identitários da colonização e a importância do Império para a vida nacional.

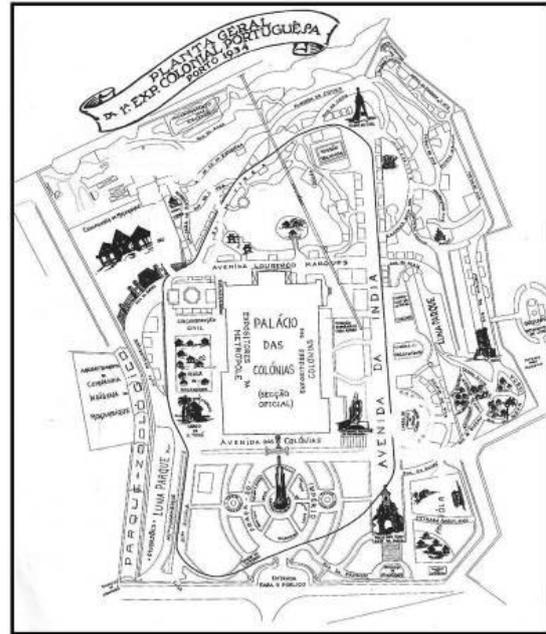
A exibição foi montada tendo em conta a divisão em duas grandes áreas temáticas. A primeira era composta pelas secções oficiais e particulares, onde se faziam representar as instituições públicas e privadas com interesses coloniais. A segunda era composta pelas denominadas “atracções”. Existiam três grandes tipos de “atracções” espalhadas pelos jardins do Palácio de cristal:

1º - Pavilhões dedicados às várias colónias, onde se mostravam aspectos históricos, geográficos, sociais e económicos.

2º - Divertimentos de carácter popular para os visitantes onde se destaca, por exemplo, um “Luna-Parque”, um parque zoológico, um teleférico e um teatro popular.

3º- Reconstituições geográficas e etnográficas de vários locais, aldeias e grupos étnicos povoadas com autóctones oriundos das colónias, recriando-se paisagens humanas e

modos de vida locais, num verdadeiro zoo humano.



Planta Geral da 1ª Exp. Colonial

Portuguesa, in: Leitão, Antunes;

Coimbra, Vitorino - Guia oficial do visitante da Exposição Colonial

Portuguesa , Edições da I Exposição Colonial Portuguesa, Porto, 1934.

Assim, os organizadores procuraram demonstrar a originalidade e a especificidade de cada espaço e região do Império, que ao mesmo tempo o tornava uno, pelos aspectos permanentes que se ligavam à vocação e presença colonizadora de Portugal ao longo da sua história, e múltiplo, pela dispersão

¹¹ Marque Guedes – “Uma obra e um plano de vida nacionais”, in: Ultramar- Órgão Oficial da I Exposição Colonial Portuguesa, Ano I, nº I, Porto, 1 de Fevereiro, 1934, p. 5.





geográfica dos espaços e das suas características físicas e humana. O visitante poderia, assim, *in loco*, embrenhar-se na diversidade no Império Português e familiarizar-se, sentir e emocionar-se, tal era o objectivo da propaganda, com os vários aspectos que caracterizavam, para utilizar uma expressão da época, a “presença lusa no mundo”.

Claro que este esforço propagandístico, que se irá repetir e desenvolver para além da I Exposição Colonial, não deixava de ser uma recriação mais ou menos fantasiosa do império, para contornar isso apostava-se na criação de um imaginário o mais direccionado possível, onde só se mostrava o necessário, tendo em conta as linhas da política colonial preconizadas.

Era bastante óbvio que o aparato propagandístico da exibição não tinha só a ver com questões ideológicas e de mentalidade¹². Estas, segundo as concepções psico-sociológicas emergentes na época, eram o

“gatilho” para ideias bem mais pragmáticas, como a inflexão das tradicionais correntes migratórias para o Brasil e E.U.A e a construção de um espaço económico exclusivo, baseado num capitalismo proteccionista, daí as grandes áreas atribuídas, na exposição, a pavilhões privados, onde as empresas exportadoras nacionais e coloniais, poderiam apresentar as suas produções e cimentar possíveis cooperações. Todas estas informações eram passadas aos visitantes, ao mesmo tempo, que o próprio regime se auto propagandeava na tentativa de se impor na sociedade portuguesa.

Toda esta construção e recriação de uma utopia Imperial exigia um grande esforço imagético e refinado, sobretudo, quando se tentava demonstrar a presença e as potencialidades de alguns espaços e regiões coloniais que estavam, em grande medida, por colonizar.

¹² Ver: Salazar, António de Oliveira – *Fim, Necessidade e Valor da Propaganda Política*, União Nacional, Lisboa, 1940.





3.1– Guiné: Raça e Exotismo

O que melhor caracteriza, na exposição, as representações da colónia, como um espaço em branco num mapa onde figura o desconhecido ou o que se pretende esconder, eram os seus silêncios. Em 1946, Marcelo Caetano, então Ministro das Colónias e impulsionador político da criação da Junta de Investigações de Ultramar, criada em 1945, instituição onde começou verdadeiramente a desenvolver-se uma efectiva ciência colonial e na qual a escola de Geografia de Lisboa se empenhou, fazia referência ao *estado da arte* sobre o conhecimento da Guiné, referindo:

«Quando há coisa de quinze anos procurei elucidar-me com alguma profundidade sobre a geografia, a história, a economia, a etnografia, a administração... da Guiné portuguesa, tive as maiores dificuldades em conseguir reunir fontes fidedignas de informação. Raros eram os coloniais que a conheciam ou, conhecendo-a, dela formavam bom juízo.

Tudo isto porque, praticamente, a Guiné era desconhecida: para o grande público, mesmo para o seu escol de cientistas, políticos e

homens de letras, continuava por descobrir!» (Caetano, 1946, p.3)

Se recuarmos no tempo, na transição do século, em que as discussões mais acérrimas sobre os problemas coloniais passavam pelas possibilidades de uma colonização branca dos territórios ultramarinos, e o principal problema era a traumática questão da aclimação e adaptação do europeu às regiões tropicais, observa-se que as imagens sobre a Guiné eram bastante negativas. O espaço era caracterizado como altamente repulsivo pela sua insalubridade, pelo seu clima mortífero e pelo grau de desenvolvimento do território e sua população. Um guia turístico, editado no início do século, refere de forma contundente estes aspectos:

«Quanto ao clima, observam-se duas estações: a das chuvas, que é a mais quente e que começa em Maio, acompanhada de fortes trovoadas e ventos rijos do sueste – e a secca, que corre de Outubro a Maio. [...] O melhor tempo para o europeu, é o que decorre de Dezembro a princípios de Março. [...] A Guiné é bastante insalubre; contudo, na parteprehendida entre os rios Compony e Colobá, que apresenta um pequeno relevo orographico, o clima e o ar





são melhores, e a temperatura é mais baixa. Há umas dezenas d'annos escreveu Travassos Valdez, referindo-se a Bissau, o mesmo que ainda hoje se tem de dizer:

«A sua perspectiva é agradável pelo arvoredo que a adorna, e pelos seus arrabaldes tapetados de verdura, de modo que o viajante, para não perder a illusão e a saúde, faria talvez melhor em limitar-se a ver a terra de bordo». (Empreza Nacional de Navegação, 1907, pp. 300-303)

Muitas das informações divulgadas nas várias edições sobre a I Exposição, relativas à Guiné, são dispersas e pouco significativas, tendo em conta a comparação com outras colónias. Deve-se isto também ao facto de não ter sido nomeado um representante oficial da colónia na exposição como aconteceu para a maioria das outras.

Não havendo muito para referir quanto aos aspectos físicos da província, tentava-se dar importância a pormenores que poderiam atrair colonos e investimento. Numa escala de conjunto da colónia, não existe nenhum texto que dê notícia da sua situação geral. Alguns destes aspectos só

poderiam ser vistos no Palácio das Colónias, edifício central de toda a exposição. De acordo com a divisão temática do referido Palácio dava-se a conhecer a existência dos poucos avanços civilizacionais na Guiné.

Na Secção Agrícola e Florestal eram exibidas imagens da estação zootécnica, criada em 1926, obra fundamental, já que uma das principais actividades da economia local era a pecuária. Claro que se omitia os graves surtos de peste bovina que assolavam o território, agravados pela constante transumância fronteiriça, numa região onde grande parte dos autóctones não respeitava as delimitações fronteiriças internacionais. (cfr. Tendeiro, 1946, p. 131)

Sobre as possibilidades agrícolas do território demonstra-se as potencialidades da relação entre o clima e os solos, afastando-se as imagens nefastas, de longa duração, sobre as regiões trópicas, estas eram agora, no caso específico da Guiné um «(...) jardim de aclimação – lição e exemplo prático de aperfeiçoamento para o agricultor, é um solo generoso que dá o arroz, o milho, o algodão, a borracha e admiravelmente se adapta aos programas da nação» (Boletim Geral das Colónias, 1934, p. 290).





Claro que, mais uma vez, a realidade desmentia o panorama propagandístico. Somando a pouca produção agrícola da colónia, onde existiam, em 1924, uns meros 500 colonos, quase todos localizados em áreas urbanas, acrescentava-se o problema da superprodução mundial, resultante da crise de 1929, que afectava a comercialização de oleaginosas, principal produto de exportação da Guiné. (cfr. Reis, 2001, p. 170)

Já na Secção de Comunicações e Navegação, dava-se especial destaque aos portos de Cacheu, Bolama e Bissau, este último possuindo um cais de cimento armado que permitia a acostagem de navios de grande tonelagem e de longo curso, tendo assim, todas as condições para que as indústrias de exportação nacionais pudessem lá investir. Quanto às comunicações apresentava-se diagramas da rede telegráfica, onde só existiam, praticamente, ligações a nível externo entre Lisboa e a capital da província.

Aliás, Bissau era o único espaço concreto alvo de menção nas edições da Exposição e por dois motivos: substituíra, tendo em conta o novo código administrativo, Bolama como capital da colónia; o seu governador

estava a pôr em marcha um plano de fixação populacional, que passava pela construção de habitação para futuros colonos e isenção de impostos prediais a quem quisesse construir.

Tendo em conta a realidade física e económica da colónia, a aposta dos criadores do evento foi dar a conhecer os aspectos humanos da Guiné. De facto a representação étnica guineense, de todas as que se encontravam na exposição, foi a mais comentada e a que mais impacto teve no público.

A importância dada ao grupo oriundo da Guiné deve-se a vários factores: representavam na perfeição a ideia de multiculturalidade do Império; permitiam uma ligação emocional entre o povo português e o africano, desmistificando a imagem de violência dos povos mais primitivos, dado que a Guiné tinha sido a colónia mais recente e difícil de ser pacificada; e representavam a capacidade civilizadora de Portugal enquanto potência colonial. Nesta sequência, tudo que foi feito em torno da propaganda relativa aos indígenas da Guiné foi pensado ao pormenor tornando-os verdadeiros símbolos etnográficos da exposição.





O grupo foi o primeiro a chegar para a exposição colonial, três meses antes da sua abertura «era a África que chegava enfim» (Ultramár, nº 8, 1934, p. 2), referia o jornal oficial da exposição. O conjunto tinha sessenta e três indivíduos distribuídos por diferentes tribos: Bijagós, Balantas e Fulas, que eram constituídos por vários tipos de grupos antropológicos: artífices, oleiros e artesãos; recolectores, pescadores e caçadores; e elites, chefe indígena, membros da corte e guerreiros. O Comércio do Porto, na sua edição popular dedicada à exposição, apresentava genericamente o grupo, de uma forma que se pode considerar simpática para a época, como: «latagões côr de café com pouco leite» (*O Comércio do Porto Colonial, nº 2, 1934, p.7*).

Foram preparadas três localizações no recinto, onde se reconstruíram aldeias e habitações típicas da Guiné. Estas localizações tiveram e conta aspectos relacionados com as semelhanças relativas entre as áreas geográficas de origem e os espaços do Palácio de Cristal e uma estratificação social baseada na lógica de um darwinismo social de carácter racial.

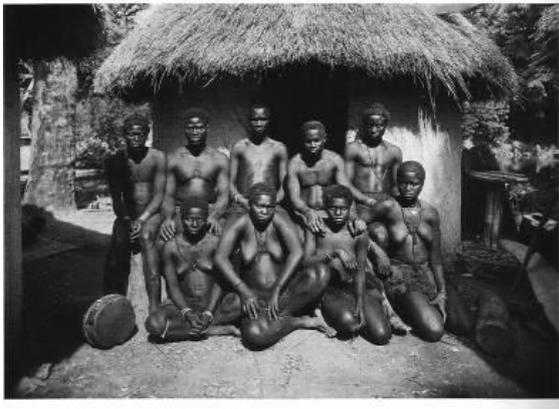
Assim, tendo como ponto de localização relativa, o Palácio das Colónias (fig.1), a Norte deste, situado na ilha localizada no lago dos jardins do recinto, situava-se a aldeia da Guiné constituída pela etnia dos Bijagós, oriundos do arquipélago com o mesmo nome, em que a relação com a água era evidente (fig. 2).



“Ilha da Guiné: Aldeia dos Bijagós”. Fotografia de Alvão.

Já as etnias continentais, Fulas e Balantas, estavam localizadas a Oeste do Palácio da Colónias, na área mais arborizada do recinto e a que mais se podia assemelhar a uma floresta tropical. Aliás, alguma da vegetação mais exótica que ainda hoje se pode encontrar nos jardins do Palácio foi plantada para a exposição colonial de forma a reconstituir o melhor possível as paisagens ultramarinas.





Mulheres do grupo da Guiné

A terceira área destinada ao grupo guineense situava-se junto do pavilhão oficial da colónia, na avenida principal da exposição, e estava exclusivamente atribuída, às elites indígenas que acompanhavam o Régulo Mamadu Sissé. Aqui reconstitui-se a habitação daquele chefe tribal, que tinha sido nomeado, pela I República, como tenente de segunda linha do exército português, devido ao acordo militar que fez com Portugal e a ajuda prestada na última campanha de pacificação, em 1916.



Régulo Mamadu Sissé fotografado por Alvão



Como se referiu, estas localizações também correspondiam a uma estratificação social bastante rígida. Nas duas primeiras localizações encontravam-se os indígenas menos desenvolvidos e mais distantes dos parâmetros de civilização ocidental. Um jornalista do Comércio do Porto, numa estereotipação absoluta, em comparação com os europeus, descreve-os da seguinte forma:

«(..) aquela povoação negra, onde nada se faz, a não ser batucar, graças a deus, e esta povoação branca, onde acontece, precisamente o contrário, onde o trabalho mais constante e mais activo ocupa todos os indígenas, salvo seja» (*O Comércio do Porto Colonial*, Nº 2, 1934, p.10).

Mas não chegava aos organizadores e propagandistas da exposição a simples presença do grupo guineense e afirmar nas edições da exposição, que esta colónia e sua população eram a mais exótica e pitoresca do Império. Era também preciso criar verdadeiros laços de afectividade entre a população metropolitana e um espaço pouco e negativamente conhecido. Para que isto





efectivamente resultasse, a estratégia foi individualizar, em cada uma das localizações referidas, autóctones e torná-los em verdadeiros ícones da exposição, numa geografia à escala do corpo.

Do lado das elites guineenses deu-se especial destaque, ao já mencionado, Régulo Mamadu Sissé, que era visto como o exemplo mais óbvio do domínio de Portugal sobre as populações que viviam na barbárie. «Este grande séquito» (*O Comércio do Porto Colonial, N° 2, 1934, p.14*) teve, de facto, honras de chefe de estado.

Antes da abertura da exposição foi levado a vários passeios e visitas a monumentos do Porto, sempre acompanhado por um grande aparato jornalístico e popular. Em Vigo foi recebido pelo alcaide, numa importante manobra de marketing que pretendia atrair visitantes galegos à exposição, que lhe concedeu a cidadania espanhola. No dia da Guiné, que se comemorou na exposição, em 23 de Setembro, foi o protagonista do momento mais simbólico do evento, ao descerrar a lápide dedicada às “qualidades colonizadoras dos portugueses” e em homenagem ao Capitão João Teixeira Pinto, de quem tinha sido companheiro nas últimas campanhas de pacificação.

Depois de este momento, o Régulo foi assistir à conferência do Tenente Coronel Leite de Magalhães, antigo Governador da colónia, realizada no teatro da exposição e difundida na radiofonia do recinto, que numa visão mistificada do imperialismo nacional e da colonização da Guiné, une deterministicamente o passado ao presente.

Com o título muito sugestivo de *A cruz e a espada ao serviço do Império*, a comunicação de Leite de Magalhães, põe em destaque a importância dos militares e dos missionários para a História da colonização, tema também muito caro ao regime que tinha, nesta fase, na igreja e nas forças armadas os seus maiores aliados. A personificação deste espírito encontrava-se no homenageado José Teixeira Pinto, descrito como um espécie de cruzado moderno que conquistou e unificou um território pagão.

Mamadu Sissé, por interesse estratégico e/ou por falta de uma consciência nacionalista, já que a Guiné da época, não era mais do que um mosaico de retalhos étnicos divergentes, assiste pacificamente a este enaltecimento do domínio sobre o seu território. A última aparição pública do





Régulo foi ao comando do carro alegórico da Guiné, no apoteótico cortejo, que se realizou ao longo da Avenida da Boavista e que serviu de acto final das comemorações da exposição. Junto dele ia, Rosinha, sua criada e consagrada “Rainha da Exposição”.

Rosinha foi tornada o símbolo de sexualidade e lascividade das negras de África, que pululava o imaginário sobre o império. Segundo os relatos, os homens da cidade faziam filas impressionantes para a ver e a organização não se fazia rogada em a mostrar. Foi fotografada diversas vezes pelo fotógrafo oficial da exposição, o portuense Alvão que, em pose de retrato e com pano de fundo a (re)criadas paisagens africanas, tratava dar, sempre que possível, destaque aos seus seios.



Rosinha fotografada por Alvão

Os constantes comentários ao seu corpo de «beleza escultural» (*O Comércio do Porto Colonial*, Nº 2, 1934, p.14) eram a prova da masculinidade que sempre caracterizou o colonialismo europeu, sobretudo o português, onde as questões da mestiçagem não geravam, de todo, consenso moral e científico. À Rosinha foram dedicados poemas cheios de metáforas eróticas, caricaturas que circularam nos periódicos populares e aproveitava-se para se especular sobre a vida de colono. No *Comércio do Porto*, um jornalista que gostava de escrever em discurso directo para o seu leitor refere:

«Verás que a Rosinha é uma alma esfíngica, que te olha de soslaio, sorrindo [...], uns olhos vivos, e uns requebros, uns requebros que te levam a pensar que se África é assim, adorável será a vida do sertão... De resto, não estou a falar por mim. Compreendes que através disso que te digo, só a impressão popular fixo aqui» (*O Comércio do Porto Colonial*, Nº 6, 1934, p.13)

Como os olhares sobre Rosinha deixavam cair a pudica moral cristã dos portugueses, que não resistiam ao «hipnotismo» das mulheres exóticas da



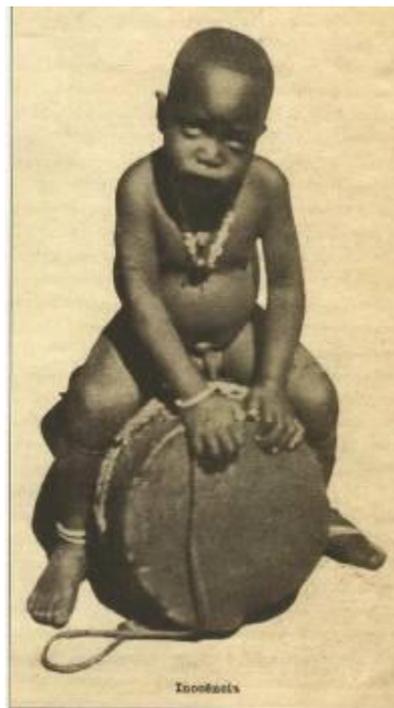


exposição, os responsáveis logo se apresaram a minimizar os estragos de consciência: à medida que a exposição se prolongava no tempo, a Rosinha começa a aparecer vestida de acordo com os padrões europeus.

Nos fins de Agosto foi organizado um casamento entre a Rosinha e o soba Balanta, Mona Samba, que só é referido, por ter esta qualidade de ser o «homem da Rosinha» (cit. Azevedo, 2003, pag.148), tanto mais, que os Balantas tinham sido a etnia que mais se tinha oposto à colonização portuguesa na Guiné. O casamento seria, claro, realizado em moldes católicos, no qual se destaca, nos jornais, a «bênção do padre e alocução moral» (cit. Azevedo, 2003, pag.149).

Se o Régulo Mamadu Sissé e Rosinha eram os ícones com origem nas elites indígenas, da aldeia dos Bijagós apareceriam os do povo, e logo os mais selvagens. O destaque era o Augustinho, criança que, ao contrário dos adultos, se deixava andar livremente a brincar pelo recinto da exposição, quando lhe ofereceram um capacete colonial, que passou a ostentar, tornou-se a mascote do evento. Tratado por «grão de café saído há pouco para o sol» (*O Comércio do Porto Colonial*, Nº 6, 1934, p.4) e «petiz negro e redondinho» o

Augustinho era uma das atracções mais emotivas e concorridas, chegando-se ao ponto de uma casa de perfumes portuense criar um sabonete com o seu perfil e que se tornou uma das recordações mais vendidas da exposição.



Augustinho

Por motivos totalmente diversos, ficou conhecido Papé, admirado pelo seu porte atlético e visto como um exemplar de força do homem africano. Acabaria por falecer, para espanto dos comentadores, na própria exposição depois de estar internado no hospital da misericórdia. Facto que seria aproveitado para mais um momento de propaganda colonial, já que se fez um cortejo fúnebre a Papé, que percorreu as ruas do Porto desde o Palácio de Cristal





ao Cemitério do Prado do Repouso. As exéquias, como não deixaria de ser, foram católicas, a seguinte descrição é explícita:

«Admirável, formidável o estoicismo dos Bijagós que ontem foram ver o corpo do Papé (...), olhando o caixão aberto, o corpo do Papé, vestido de azul-escuro, gravata preta, coturnos europeus, uma grande compostura, um perfeito ar europeu só desmentido pela negrura da semblante» (*O Comércio do Porto Colonial*, Nº 10, 1934, p.2)

Não se sabem os motivos para a morte de Papé, já que os jornais visados pela comissão de censura, nada referem. Sabe-se que, desde o início da exposição, uma das preocupações da organização foi demonstrar as condições de saúde e higiene prestadas aos grupos oriundos do Império. Mas, também se sabe que muitos deles andaram semi-nus durante 3 meses e que uma boa maneira de os manter calmos na exposição foi contratar, com a empresa de vinhos Ramos Pinto, uma satisfatória quantia de álcool para as várias representações étnicas. Papé foi mais uma vítima de um episódio da infâmia colonial.

3.2. – Cabo verde: modelo civilizacional

A Cabo Verde dedicaram-se duas áreas, nos espaços e na toponímia criados na exposição: o Largo de Cabo Verde, paredes meias com a representação da Guiné e localizado na avenida principal da exposição, a Avenida da Índia; e a Calçada de S. Vicente, onde se podia encontrar o respectivo pavilhão oficial da colónia e uma reprodução de uma aldeia típica do arquipélago, com os “autóctones”, vindos de propósito de Cabo Verde para a exposição. A existência destes locais, tal como descritos, tem a sua lógica dentro da imagem que se queria passar sobre aquela colónia, ao público português.

O arquipélago era visto como um modelo da colonização portuguesa. Machado Saldanha, representante da colónia na Exposição, refere no jornal oficial daquele evento:

«No conjunto das parcelas que formam o império, o arquipélago Hesperitano refere aspectos singulares que só encontram certo paralelismo na afastada Índia, apresentando, contudo em relação a esta, um





completo cunho de realização lusíada»¹³.

Assim, em vários textos, imagens e eventos dedicados a Cabo Verde na exposição vai tentar demonstrar-se a ideia de que era nessa colónia que se encontrava um maior número de traços de portugalidade.

A 13 de Setembro de 1934, comemorou-se, na Exposição, o dia do Arquipélago. No programa de festas encontra-se a “Tarde de Cabo Verde”, onde se incluí uma conferência sobre a cultura nas ilhas e a apresentação do então denominado “Folclore” regional do arquipélago: as “mornas”. A noção de “folclore regional”, não deixa de ser interessante à época. O regionalismo é uma das concepções de organização do Estado e do império, fundamental para a compreensão da ideologia estado-novista. Portugal e império estavam agora divididos em regiões, de características identitárias singulares, que juntas constituíam um todo uniforme, tal como se fazia referência na Constituição Portuguesa e no Acto Colonial, onde se conciliavam a visão organicista e um território de

características multiculturais e pluricontinentais¹⁴.

As “mornas” eram a demonstração mais clara do fenómeno de assimilação do africano à cultura portuguesa e, logo, a sua evolução a “patamares de civilização” europeus e desenvolvidos. As teorias sobre a génese antropogeográfica do denominado “folclore”, eram então elaboradas a partir de uma visão evolucionista tão positiva e assertiva que não deixava espaço ao contraditório. Fausto Duarte, numa das conferências encomendadas naquela tarde de 13 de Setembro, descreve num rendilhado linguístico, misto de ciência e poética, a evolução daquele estilo musical:

«Do «torno» passou-se à «manilha» dança requintadamente lasciva. Era ainda a influência dos ancestrais. O atlântico unindo o arquipélago ao continente traria na brisa do sudoeste que encrespava as ondas a voluptuosidade dos trópicos. Paulatinamente o folclore das ilhas lendárias foi-se libertando do influxo que a primitiva ascendência

¹³ Saldanha, Machado – “Cabo Verde”, in: *Ultramar órgão oficial da I Exposição Colonial Portuguesa: Ano I, Nº9, Porto, 1 de Junho de 1934, p.1.*

¹⁴ *Constituição Política da República Portuguesa: aprovada pelo Plebiscito Nacional de 19 de Março de 1933: Acto Colonial, Imp. Nacional, Lisboa, 1933.*





deixara impressa na alma do nativo. A religião corrigiu os costumes, e o novo dialecto - miscelânea das línguas da Guiné com os portugueses da época das descobertas – teve em cada ilha formas diversas e vocabulários típicos, modulações suaves e interacções que variam consoante o cunho da paisagem. Na Brava, o dialecto crioulo tem a doçura dos vales floridos e nele rescende a saudade dos que partiram; em S. Vicente, onde reina uma alegria cosmopolita e no dialecto o júbilo dos embarcações que aportam à praia da Mاتيota; na Boavista, a voz quente e sensual das mulatas é a arma com que elas melhor manejam a sedução; no Fogo há ainda resquícios da linguagem dos familiares dos antigos donatários. A feição típica do arquipélago reside pois na «morna» que destronou o «torno» e a «manilha» e no violão que fez esquecer o «cimbó» e o tambor das festas gentílicas»¹⁵

Mas as “mornas” não serviam só para demonstrar o estado civilizacional

¹⁵ Duarte, Fausto – “ A morna é onda, volúpia, mulher...”, in: Ultramar, Ano I, Nº16, Porto, 14 de Setembro de 1934, p.1

de Cabo Verde, provavam também, o carácter de modernidade da cultura portuguesa. Elas tinham um interesse coevo específico, na cultura popular ocidental. Em muitas reportagens dos periódicos que cobriam a Exposição, faz-se menção ao impacto da cultura musical africana no mundo civilizado, sobretudo com o aparecimento do jazz nos Estados Unidos e a sua proliferação pelas capitais europeias.

Após o discurso de Duarte Fausto, que seria transmitido, pela radiofonia interna da exposição e assistido por vários estudantes cabo-verdianos da metrópole, deu-se, ainda naquela tarde, a actuação de várias “mornas”, dirigidas por Luís Rendall e executadas por uma orquestra típica de Cabo Verde, onde existia um coro feminino oriundo da ilha da Boavista¹⁶. De referir, que as canções apresentadas foram antecipadamente transcritas para o português da “metrópole”. Seria de facto impensável cantá-las em crioulo. Tanto mais que uma outra importante imagem que se queria evidenciar era a da alfabetização das populações de Cabo Verde.

¹⁶ Ver Castelo-Branco, Salwa (dir.) – *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX*, vol. L-P, Temas E Debates: Círculo de Leitores, Lisboa, 2010, pp.777 – 779.





O grupo oriundo das ilhas e que estava exposto como manequim na reprodução da aldeia típica de Cabo Verde, sobre o pavimento da também reproduzida calçada portuguesa de S. Vicente era apresentado como letrado. De dezassete elementos, dizia-se num jornal portuense, só um não sabia ler nem escrever¹⁷. Aliás, vincava-se que o índice de analfabetismo, em Cabo Verde, era inferior ao de algumas regiões da metrópole¹⁸. Por isso, um dos mostruários mais importantes do pavilhão do arquipélago era da responsabilidade do Liceu Nacional Infante D. Henrique, de S. Vicente, onde se apresentavam vários mapas e estatísticas dos índices de alfabetização das escolas distribuídas pelas ilhas. Obviamente, que a apresentação desses índices, em detrimento dos de analfabetismo, tinha uma intencionalidade propagandística clara.

A panorâmica sobre a educação europeia da população cabo-verdiana era, aliás, um ponto de honra apresentado e defendido pelos vários quadrantes da sociedade colonial, defensores do arquipélago, nem que

para isso, se pusessem em causa as relações cordiais entre grupos profissionais da colónia e metrópole. O *Ressurgimento*, periódico criado em Santo Antão, nesse mesmo ano, insurgia-se contra a ignorância dos metropolitanos pela forma como descreviam o grupo cabo-verdiano à chegada a Lisboa, em Maio. A seguinte citação vale por si:

«A árvore venenosa da ignorância pode dar ao mesmo tempo duas espécies de frutos: os frutos do crime e os frutos do ridículo [...] bem pode ser chamado um momento de vergonha portuguesa a estulta apreciação do que o Diário de Noticias faz do povo de Cabo Verde.(...) Um jornalista a propósito da Exposição colonial diz que os caboverdianos recentemente desembarcados ficaram estupefactos e exclamaram “como são altas as cubatas de Lisboa”. (...) Os cabo verdianos desembarcados eram medianamente instruídos [...] e conheciam a vida “civilizada”. Não eram pretos de tanga desencafunados das cubatas de Angola. Eram crioulos de cabo verde [...] cubata não se usa em

¹⁷ *O Comércio do Porto – Colonial: Numero Privativo da 1ª Exposição Colonial Portuguesa*, Ano I, nº 88,13 de Setembro de 1934, p.1

¹⁸ *Ibidem*, p.1.





Cabo Verde e vestem como os europeus.»¹⁹

Esta necessidade premente de reafirmar o nível educacional da população local justificava, em grande medida, a divulgada acção colonial de Portugal na “elevação dos povos primitivos a patamares de civilização superiores”. De facto, o «falso evolucionismo», que será alvo de fortes críticas, nas décadas de 1960-70, por parte de pensadores como Lévi-Strauss, manifestava-se em vários aspectos das descrições etnográficas e na opinião pública sobre as populações das colónias²⁰. Cabo Verde estaria então a passar para um estágio superior de evolução, onde já era concedida a transição, nas escalas civilizacionais ocidentais, de uma “sociedade primitiva”, sem escrita, sem memória e sem história para uma outra, próxima das sociedades de “cultura superior”. Estes aspectos de evolução cultural do arquipélago tinham, de facto, o seu impacto na visão dos colonizadores e suas acções, basta lembrar, o estatuto especial concedido a Cabo Verde, onde

¹⁹ *Ressurgimento*, Santo Antão, Ano I, Nº 8, 24 de Maio, 1934, p.5.

²⁰ Cfr. Lévi-Strauss, Claude – *Raça e história*, Passagens, Lisboa, 2003, p.19.

não se aplicava a Lei Geral do Indigenato.



Representação de Cabo Verde à porta da Agência Geral das Colónias, Lisboa, Maio, 1934.

Estes aspectos etnográficos encontravam, também, fundamentação na discussão antropológica da miscigenação e, sobretudo, na sua defesa em Portugal face a pontos de vista biológicos, que sustentavam a degenerescência morfológica social das raças, sobretudo as de “estados superiores”, em contacto com as de “patamares inferiores”²¹. No contexto do I Congresso de Antropologia Colonial, este aspecto será alvo de debate, que era, aliás, uma discussão de décadas em Portugal, pelo menos desde o fim de século XIX, onde personalidades, com o impacto

²¹ Corrêa, Mendes – “Os Mestiços nas colónias Portuguesas”, in: *Actas do I congresso Nacional da Antropologia Colonial*, Edição da I Exposição Colonial Portuguesa, Porto, 1934, pp. 5- 23.





intelectual e social de Oliveira Martins ou Silva Telles, haviam colocado o problema do modelo de colonização portuguesa, baseado no contacto directo entre “raças” e suas consequências para o desenvolvimento das possessões ultramarinas²².

Se do ponto de vista da Geografia Humana e Cultural o “darwinismo social” comprovava a imagem propagandeada de um arquipélago onde existia, para utilizar um termo coevo, uma “vitória da colonização”, já do ponto de vista da Geografia Física, Económica e Política as dificuldades para transmitir uma imagem positiva de Cabo Verde exigiam uma imagética argumentativa e retórica, bem mais apurada face à realidade.

No início da noite daquele mesmo dia de 13 de Setembro de 1934, depois das várias “mornas” apresentadas ao público, o representante da administração da colónia na

exposição apresentava, desta forma, o cenário natural das ilhas:

«[...] a panorâmica da colónia é a mais surpreendente, embora a aridez que as suas costas apresentam – o que aliás é uma nota quase geral de todo o litoral africano, já constatada até por Lopes de Lima – impressione aqueles que apenas percorrem os seus portos de escala e só observam os contornos abruptos das respectivas ilhas.»²³

Esta comparação generalista e simplista da paisagem litoral do arquipélago com o continente, utilizando como figura de autoridade um autor da 1ª metade do séc. XIX, demonstra o condicionamento das representações das paisagens naturais do território, na propaganda. À escala individual das ilhas, só a Brava terá direito a uma menção especial, dedicando-se-lhe a edição de uma obra, onde o autor atribui o título honroso e contrastante com a aridez, quase genética do arquipélago, referindo-se-lhe como “O Jardim de Cabo Verde”²⁴.

²² Cfr. Costa, Nuno Silva – “Da barbárie à civilização: representações do espaço Africano na propaganda colonial portuguesa do primeiro quartel do século XX”, in *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos*, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, Nº 14, Porto, 2010, pp.297-311.

²³ Saldanha, Machado – *A evolução e o apetrechamento económico de Cabo Verde: Conferência*, Edições da I Exposição Colonial Portuguesa, Imprensa Portuguesa, Porto, 1934, p. 12.

²⁴ Leite, Mário – *Através de Santo Antão* – Imprensa nacional de Cabo Verde, Praia, 1934.





Aliás, este tipo de títulos político-ideológicos, dados a espaços ou regiões específicas, será uma prática comum no Estado Novo, basta lembrar o concurso da “Aldeia mais portuguesa de Portugal”, ganho por Monsanto, onde ainda hoje, se aproveita este “cognome” geográfico, como factor de interesse nos prospectos e visitas turísticas. Este tipo de iniciativas incute, para além do interesse económico subjacente, o enraizamento de um imaginário geográfico, na percepção, na emotividade e cultura face aos espaços²⁵.

Do ponto de vista económico tentar-se-ia, também, alterar as

Um excerto desta obra seria escrito, anteriormente a esta edição, para o número especial do periódico *Notícias de Cabo Verde* destinado a ser apresentado na Exposição Colonial do Porto.

²⁵ Muitos destes fenómenos estavam ligados à iniciativa da “Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho” (FNAT), que organizava excursões a locais emblematicamente criados, como por exemplo a “Boca do Inferno”, em Cascais, as amendoeiras em flor, em Trás-os-Montes e as famosas excursões turísticas ao triângulo: “Fátima-Batalha-Alcobaça”, via “Portugal do Pequenitos”, que marcaram o imaginário geográfico de várias gerações de operários, pelo menos até ao 25 de Abril de 1974. Ver: Melo, Daniel – *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Imprensa de Ciências Sociais – Estudos e Investigações, Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, nº 22, Lisboa, 2001; e também: Pires, Ema Cláudia – *O Baile do turismo: turismo e propaganda no Estado Novo*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2003.

percepções sobre o arquipélago. No discurso que temos vindo a acompanhar, o representante oficial da colónia expõe:

«A lenda da improdutividade do arquipélago tem de ser totalmente desfeita pela exposição dos produtos que os serviços oficiais de cabo verde classificaram e organizaram»²⁶

De facto Cabo Verde vivia uma situação, particularmente difícil em termos económicos, tanto mais exacerbada quanto mais o novo regime tentava demonstrar a importância da sua nova política colonial face a um passado recente de declínio do império. O diagnóstico da situação económico-administrativa era apresentado sem preconceitos pelas novas entidades públicas coloniais, nomeadas poucos anos antes por Oliveira Salazar, aquando a sua passagem pelo Ministério das Colónias, ou por Armindo Monteiro no âmbito das transformações legislativas operadas.

O Arquipélago apresentava, até a um passado recente, um constante déficit das contas correntes. A balança

²⁶ Machado, Saldanha, op. cit., p 1.





comercial, na generalidade, era negativa devido à fraca produção, sobretudo agrícola, que limitava as exportações. Os mecanismos compensatórios tradicionais da balança comercial, como as receitas do tráfego do Porto Grande de S. Vicente, a cobrança de taxas dos terminais dos cabos submarinos e as remessas de capitais dos emigrantes oriundos, sobretudo, dos Estados Unidos, já não faziam face à despesa.

As causas da quebra de receitas tinham factores claros e deviam-se, em grande parte, à inoperância das administrações passadas, particularmente às republicanas. O Porto de S. Vicente, não fora preparado para receber as novas embarcações a petróleo e ainda vivia, quase exclusivamente, das cargas de carvão. Associado a isto existia um contexto internacional desfavorável à tradicional emigração cabo-verdiana, já que os Estados Unidos tinham limitado as entradas nas suas fronteiras, em consequência, do plano económico proteccionista e keynesiano de contenção da crise, de 1929.

Todo este contexto, interno e externo, explicava também, segundo os argumentos oficiais, os problemas sociais do arquipélago: o excesso de desemprego e as crises alimentares, que

a cada passo afectavam as ilhas, nomeadamente, aquelas em que à soma dos factores descritos se adicionava existência de um clima tendencialmente seco. É marcante, neste aspecto, ver que os discursos proferidos pelos agentes coloniais, reduziam as discussões dos problemas sociais a um plano secundário e residual. Os pontos de partida dos argumentos e as conclusões retiradas focavam-se nitidamente na preocupação da estabilidade financeira do arquipélago, no contexto da economia do império e nos seus impactos para as finanças da metrópole. Era a visão, para utilizar uma metáfora naturalista, do “Cume da Montanha”, atributo clássico do colonialismo ocidental na sua acção sobre os espaços dominados.

O dia de Cabo Verde, na Exposição Colonial do Porto, que temos vindo a seguir, tinha como tema comemorativístico principal, não uma efeméride ou acontecimento do passado, como ocorrera nos dias dedicados às outras colónias, mas o enaltecimento e comemoração do Plano de Fomento, aprovado por Decreto-Lei, um ano antes, e que se saldava pela possibilidade da colónia realizar um empréstimo de 15.000 Escudos. Seria este plano, segundo os responsáveis





políticos, que permitiria o ressurgimento de Cabo Verde de um destino de improdutividade e pobreza. Tudo isto apareceria na exposição colonial bem demonstrado no pavilhão oficial da colónia, como referia o seu responsável:

«[...] Também se curam de demonstrar a obra realizada pela administração portuguesa, com larga documentação dos centros urbanos do arquipélago, das belezas panorâmicas, dos portos, estradas comerciais, dos edifícios públicos, das instalações de escolas, hospitais e tantos outros.»²⁷

O referido plano de fomento, comportava três pontos essenciais de acção, que já tinham sido, segundo os responsáveis, iniciados no terreno, em 1933. Primeiro, a construção e melhoramento de estradas e portos; segundo, a construção de obras de engenharia e hidráulica agrícola; por fim, a criação de granjas e campos experimentais de culturas adaptadas, segundo os responsáveis, às condições climáticas específicas do arquipélago que, tal como a sua população em termos etnográficos, beneficiava do

encontro dos climas tropicais com os temperados.

Na prática, o que tinha sido feito até à data, pelas autoridades coloniais era: a reparação de algumas estradas, a compra de novos faróis, a compra de um barco para o serviço de cabotagem entre as ilhas, a construção de algumas escolas e tentativas de arborização.

No pavilhão de Cabo Verde dava-se especial destaque aos produtos agrícolas, com amostras de milho, tabaco, purgueira e aguardente de cana. A introdução e renovação da produção de café eram especialmente exibidas, sobretudo, com amostras das novas plantações em Santiago, Fogo e Santo Antão, criando-se uma banca de provas, onde os visitantes poderiam confirmar pelos sentidos o café cabo-verdiano.

Mas, este aparente arranque económico não deixa de ser exemplificativo, da visão económica integrada do Império já que os produtos agrícolas eram, em grande medida, destinados à exportação, não parecendo crível que o café e a aguardente eliminassem as crises alimentares frequentes e a selectividade das plantações, teve de certo, impactos concretos no futuro.

²⁷ Machado, Saldanha, op. cit., p 12.





No jubileu de Orlando Ribeiro, em 1981, Ilídio do Amaral, na homenagem ao seu Mestre, cita-o no contexto das suas referências à 2ª edição da “*Ilha do Fogo...*”, em 1960. Três décadas depois do propalado Plano de Fomento, Orlando Ribeiro referia:

«O destino do trabalho foi feliz: descrevendo sem reбуço a seca, a miséria e as hecatombes de fome que flagelam as ilhas de Cabo Verde, alguma influência teve no conjunto de providências que, na última «crise», a administração tomou a tempo de evitar o sofrimento e a morte. É-me grato pensar que, para além da intensa comoção que sempre olhei os «humilhados e ofendidos», alguma coisa pude fazer por eles»²⁸.

Relacionados directamente com os aspectos económicos estavam os aspectos “geográfico-políticos” da colónia. Para além, do enaltecimento das realizações e directrizes, da própria política metropolitana e da administração da colónia, fazia-se a apologia da necessidade de aproveitamento das características estratégicas e geopolíticas do

arquipélago. Como era de esperar a Ilha de S. Vicente e o Porto Grande teriam aqui um mediatismo que os sobrelevava em relação a outros espaços cabo verdianos.

A revitalização do conceito de triângulo estratégico do Atlântico português, por parte do Estado Novo, tinha em Cabo Verde o seu eixo operacional. A perspectiva histórica dada por Machado Saldanha, na conferência da noite de 13 de Setembro, não deixava qualquer dúvida sobre a importância secular da posição geográfica do arquipélago. Refere o autor:

«A vida material do arquipélago ficou, logo após a descoberta da Guiné, em 1446, comercialmente ligada a esta, que lhe forneceu, desde 1461, braços para a agricultura. [...] Tal qual ainda hoje se averigua, a posição geográfica das ilhas marcou logo como importante característica da valia económica [...].

[...] Pode-se afoitamente asseverar que foi o tráfico das gentes da Guiné que consagrou as actividades das primeiras colónias de povoamento. [...] Cabe deixar aqui o enunciado do falecido Dr.

²⁸ Cit. Amaral, Ilídio – Homenagem a Orlando Ribeiro, in *Finisterra*, XVI, nº31, Lisboa, 1981, p. 11.



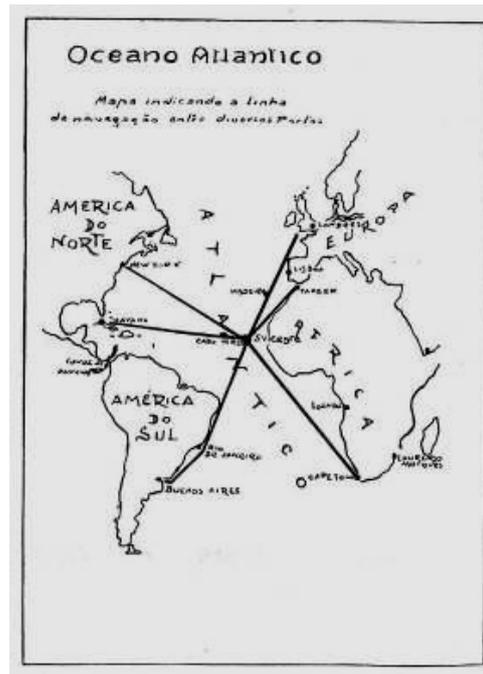


Marnoco e Sousa: «A escravatura foi uma necessidade para as colónias, que sem ela teriam de se dissolver, em virtude da impossibilidade da associação por meio de trabalho assalariado.»²⁹

Não nos vamos deter nos pormenores factuais e cronológicos da citação, nem na caricata desculpabilização da escravatura e das práticas do «trabalho assalariado». Mas, o nacionalismo cerrado ia mais longe e negava o conhecimento das ilhas aos geógrafos clássicos, como teria descrito Plínio, quando referiu a existência das ilhas *Hesperitanas* ou *Gorgonas*. Em detrimento deste facto enuncia-se firmemente que as ilhas tinham sido descoberta dos portugueses, em 1460³⁰. Não deixa de ser interessante a confusão propositada entre os conceitos de conhecimento, descoberta e povoamento.

Mas, o mais importante era, sem dúvida, a evidência da posição geopolítica que necessitava de meios reais para a sua concretização. O Porto Grande de S. Vicente, considerado sucessor do importante porto da Ribeira Grande que outrora cumpria a missão de

ser um ponto de abrigo às naus para o Brasil e Índia, iria ser o veículo fundamental do “ressurgimento” de Cabo Verde e devolver a importância das ilhas, como pontos de passagem obrigatória entre a Europa, África e América e como forma de permitir a exportação dos produtos agrícolas que se estavam a introduzir. O esboço grosseiro da figura, que se segue, a fazer recordar os mapas geoestratégicos, muito utilizados na propaganda militar da I Guerra Mundial, permite uma a síntese destes aspectos.



Mapa indicando a linha de navegação entre diversos Portos, In: Fonseca, João Gomes – O PÔRTO GRANDE DE S. VICENTE, Edições da 1ª exposição colonial Portuguesa, Porto, 1934, p.7.

Assim, nas representações ligadas a Cabo Verde, presentes na

²⁹ Machado, Saldanha, op. Cit., p 10.

³⁰ Cit. Machado, Saldanha, p 10.





Exposição Colonial, o único espaço à escala local, alvo de tratamento especial e de referências contínuas ao longo do evento, foi o Porto Grande. O panorama estava traçado: o porto tinha perdido a sua importância para os modernos portos de Las Palmas, Tenerife e Dakar. A inoperância das administrações passadas não o tinham conseguido modernizar, preparando-o para as recentes exigências da navegação internacional. Isso era muito evidente pela falta de estudos sobre o Porto Grande, pelo menos assim o referia João Fonseca, autor da obra e desenho descritos na legenda do mapa anterior.

A obra, editada com a chancela da Exposição Colonial, resulta de uma comunicação apresentada, pelo autor, no dia comemorativo da colónia. Na sua introdução é referido o facto de o único estudo realizado até a data ser o anteprojecto do General João de Almeida, na década de 1920, e que os famosos estudos «aparentemente realizados»³¹, como os de Adolfo Loureiro e Viriato Fonseca, não constarem dos arquivos das Obras Publicas da Praia, nem dos relatórios da administração. Não deixa de ser novamente interessante reparar

que, a escolha criteriosa das fontes de propaganda, censura os factos que não interessavam, porque se as obras não estavam na Praia estariam, pelo menos na Biblioteca do Ministério das Obras Públicas, onde qualquer interessado as poderia consultar e/ou requisitar³².

Mas, o fundamental era pôr em causa o projecto de João de Almeida, administrador republicano de Cabo verde. Não havendo crítica técnica ao projecto, havia a crítica ao despesismo do mesmo, facto que caía, certamente, muito bem, no contexto de contenção económica salazarista. Por isso, o projecto que estava a ser levado a cabo pela nova administração, previa, segundo os seus autores, todos os aspectos que minimizassem o impacto financeiro para um efectivo «ressurgimento da colónia».³³

No pavilhão de Cabo Verde na Exposição estavam as provas, com a

³¹ Fonseca, João Gomes – *O Pôrto Grande de S. Vicente*, Edições da 1ª exposição colonial Portuguesa, Porto, 1934, p.3.

³² As obras Adolfo Loureiro encontram-se disponíveis no sítio da Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, do MOPTC, onde se pode ler: «No Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, foi criada em 1868 a “Repartição de Archivo e Bibliotheca”, encarregue de recolher, tratar e conservar os processos findos e livros impressos ou manuscritos pertencentes ao Ministério.» <<http://www.moptc.pt/cs2.asp?idcat=623>>

³³ Fonseca, João Gomes, op. Cit., p. 7





apresentação de vários documentos geográficos: plantas e projectos de engenharia portuária, mapas hidrográficos e, destacado, pela imprensa, uma maqueta com o plano a três dimensões do relevo da Ilha de S. Vicente, elaborado pelo Engenheiro Raul Pires e que fora apresentado nas exposições Ibéro-Americana de Sevilha, de 1929, e na Colonial de Paris, de 1930, onde teria ganho um prémio pela criatividade da obra³⁴.

A famosa maqueta tinha sido elaborada com base nas cartas topográficas realizadas pelas várias Missões Geográficas da Cabo Verde, organizadas pela Comissão de Cartografia, na década de 1920, e que eram mencionadas como prova do desenvolvimento do conhecimento científico colonial sobre Cabo Verde, a única colónia, dizia o autor da maqueta, com um levantamento topográfico moderno. Mas, sobre a intencionalidade e utilidade da apresentação ao público da obra, o seu autor não deixa dúvidas:

«Foi a forma mais prática de tornar conhecido este porto,

mostrando ao mundo a sua posição geográfica, a ampla entrada e condições de farolagem, que o permite ser demandado a qualquer hora do dia ou da noute, sem perigo algum, mostrando as altas montanhas que o abrigam dos ventos, etc., etc.»³⁵

Na exposição estaria também, nos jardins do pavilhão oficial da colónia, uma réplica de um farol comprado pelo Ministério das Colónias, com base no Plano de Fomento, de 1933. Mas se dúvidas houvesse sobre a vontade de afirmar o potencial marítimo de Cabo Verde, no cortejo colonial que finalizaria apoteoticamente a Exposição Colonial e que percorreu a maior avenida da cidade do Porto o carro alegórico da colónia tinha um aspeto bem marcante da sua feição marítima, como prova também a heráldica do escudo que fazia parte da bandeira da colónia, criada com a nova política imperial.

³⁴ *A Mocidade Africana: Órgão Mensal de Propaganda e Defesa dos Interesses Africanos*, Ano I, nº 2, Lisboa, 1 de Janeiro de 1930, p.1

³⁵ *Ibidem*





Carro alegórico da colónia de Cabo Verde, Alvão, 1934.



Conclusão

Feitas estas considerações genéricas sobre as representações geográficas na propaganda colonial portuguesa através na exposição colonial do porto, importa referir que este reconhecimento das tipologias de representação que foram propagandeadas, ajudam a compreender o papel destas na (re)criação dos vários mitos, e as transformações das mentalidades face aos ex-espacos coloniais. Apesar da propaganda colonial possibilitar uma maior informação, por parte da sociedade, das realidades e acções sobre os territórios coloniais, a verdade é que disseminou novos preconceitos e estereótipos sobre os espacos e limitou-se o seu conhecimento, na medida em que se privilegiaram as figurações e perspectivas do agente colonizador.

Eliminaram-se os traços locais, tendo como consequência uma clara censura ao conhecimento sobre os “espacos do outro” ao mesmo tempo que se permitiu uma crescente popularização do império e do imperialismo.